

## Agências reguladoras poderiam desafogar Judiciário, diz ministro

Entre altos e baixos, o Poder Judiciário tem dado muito mais respostas positivas do que negativas à sociedade. Erros acontecem, mas os acertos e a pacificação dos conflitos dão a tônica da prática judicial no Brasil. É o que afirma o ministro aposentado do **Superior Tribunal de Justiça, Antonio Saldanha Palheiro**.

“O Poder Judiciário brasileiro ainda é uma grande instituição. Ele tem uma missão constitucional, uma missão social de pacificar os conflitos e dizer do direito, a par e acima de todas as contradições que existem e que são inerentes ao próprio Estado democrático de Direito. O Poder Judiciário ainda é a tábua de salvação dos injustiçados.”

Saldanha Palheiro **deixou o cargo** em abril deste ano, após dez anos na corte — foi nomeado pela ex-presidente Dilma Rousseff e tomou posse em abril de 2016. Antes, foi desembargador do **Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro**, tendo atuado como juiz de carreira desde 1988.

O magistrado reconhece o protagonismo da Justiça no cenário atual. Tal centralidade, segundo ele, decorre de diversos fatores. Um deles é a ausência de um trabalho mais efetivo das agências reguladoras. Para o ministro, em vez de aumentar o número de julgadores, seria melhor estabelecer mais mecanismos de solução de conflitos para além do âmbito jurisdicional — papel que deveria ser cumprido pelas agências.

“Elas têm que ter mais poder. Uma atuação mais fiscalizatória, com poder punitivo. Quer dizer, as agências reguladoras têm essa atribuição, mas ela não é utilizada da forma como deveria. Então, o poder de dirimência dos conflitos não pode se concentrar no Judiciário. Imagine o problema de tráfego aéreo: tem que ir para o Judiciário? A agência que regulamenta o tráfego poderia atuar.”

Outro problema enfrentado pelo Judiciário é a propensão do brasileiro a delegar a resolução de conflitos para o Estado. Na base desse costume, contudo, está a própria Constituição, que autoriza o cidadão a buscar na Justiça respostas para todo e qualquer tipo de problema.

“É uma sociedade em evolução, em ebulição, uma sociedade que está clamando por progresso, por melhoria das condições de vida. E há também uma Constituição com muitos artigos. Ela é principiológica, é enunciativa. Então, ela dá uma margem de interpretação muito abrangente. Isso faz com que o Judiciário seja acionado”, acrescentou o ministro.

Entre as garantias previstas nesse sentido, a mais importante é a da inafastabilidade da jurisdição. Na dinâmica atual, é ela a principal responsável por levar ao Judiciário discussões que, na visão do ministro, poderiam ser resolvidas diretamente entre as partes.

“O juiz, como demandado, tem que dar uma resposta. Isso acaba trazendo uma vocação, uma inclinação para se levar ao Judiciário as controvérsias que poderiam ser resolvidas no âmbito privado, no âmbito particular. A Constituição fomentou isso. É difícil se afastar dessa situação enquanto nosso arcabouço legislativo tiver a estrutura que tem hoje”, disse o magistrado.

### Protagonismo tem limite

Por outro lado, o ministro rechaçou a ideia segundo a qual, em última instância, é o próprio Judiciário que governa o Brasil, com base em poderes conferidos pelo constituinte.

“Eu gostaria de fazer um reparo: o Judiciário simplesmente dirime os conflitos que decorrem da governança. Quando o Poder Executivo e o Poder Legislativo trazem questões controvertidas e elas são submetidas ao Judiciário, ele vai dizer do direito. Mas ele é inerte. Só atua quando é provocado”, disse Saldanha Palheiro.

**Clique [aqui](#) para assistir ao vídeo ou veja abaixo:**



*Para Saldanha Palheiro, arcabouço legal faz com que Judiciário seja muito acionado*



Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-mai-14/agencias-reguladoras-poderiam-ajudar-a-desafogar-o-judiciario-diz-saldanha-palheiro/>